

FUNDAÇÃO DO ESTADO E MANUTENÇÃO DO PODER EM “O PRÍNCIPE” DE MAQUIAVEL¹

THE FOUNDATION OF THE STATE AND CONSERVATION OF THE POWER IN “THE PRINCE” OF MACHIAVELLI’S

Cristiano Matana²
Solange de Moraes³

RESUMO

A fundação do Estado e manutenção do poder na obra *O Príncipe* de Maquiavel é questão central no pensamento deste autor. Mas, para compreender esta temática, é preciso considerar o contexto histórico no qual Maquiavel está inserido. Propõem-se, pois, uma leitura e análise da principal obra de Maquiavel, *O Príncipe*, bem como dos textos de Escorel – *Introdução ao pensamento político de Maquiavel* – e de Hebeche – *A guerra de Maquiavel*, objetivando, justamente, desfazer alguns equívocos em torno do pensamento de Maquiavel, resultantes do fato de não se considerar o referido contexto. O trabalho também mostra a importância do pensador para o estudo dos mais diferentes níveis do pensamento, especialmente o político-filosófico. Os resultados demonstram que Maquiavel, sem dúvida, irrompe um novo jeito de pensar a política.

Palavras-chave: Maquiavel, fortuna, poder.

ABSTRACT

This work deals with the creation of the State and power maintenance in the book “The Prince” of Machiavel, a central issue in this author thought. To do the work, the historical context in which Machiavel lived, as well as the main aspects of his theory of the State, were studied. The study was carried out starting with the reading and analysis of Machiavel main work, *The Prince*, as well as an Escorel text called *Introduction to the Political Thought of Machiavel* and Hebeche - *Machiavel war*. The research has contributed in the sense that an attempt is made to undo some ambiguities about Machiavel thought, because in it we search to show the importance of the philosopher for the study of the different levels of thinking specially the

¹ Trabalho Final de Graduação.

² Curso de Filosofia - Licenciatura Plena. UNIFRA.

³ Orientador.

political-philosophic. The results have shown that Machiavel, without doubts, starts a new way of dealing with politics.

Key words: Machiavel, power, politics.

INTRODUÇÃO

Se considerarmos o tempo que nos separa de Maquiavel, temos mais de quatro séculos. Muitos leram e comentaram sua obra, mas um número consideravelmente maior de pessoas apenas evoca seu nome ou pelo menos os termos que aí têm sua origem. “Maquiavélico e maquiavelismo” são adjetivos e substantivos que estão tanto no discurso erudito, no debate político, quanto na fala do dia-a-dia. Seu uso extrapola o mundo da política e habita sem nenhuma cerimônia o universo das relações privadas. Em qualquer de suas acepções, porém, o maquiavelismo, na maioria da vezes, está associado à idéia de perfídia (deslealdade, falsidade, etc.), a um procedimento astucioso, velhaco, traiçoeiro. Estas expressões pejorativas sobreviveram de certa forma incólumes, no tempo e no espaço, apenas alastrando-se da luta política para as desavenças do cotidiano. Assim, hoje em dia, na maioria das vezes, Maquiavel é mal interpretado.

Maquiavel, ao escrever a sua principal obra, *O Príncipe*, criou um “manual de política” que pode ser interpretado de muitas maneiras diferentes. Talvez por isso sua frase mais famosa : “Os fins justificam os meios” seja tão mal entendida e interpretada. Mas, mesmo que haja divergências sobre seu pensamento, Maquiavel é uma insigne figura e precisa ser bem interpretado, pois, na verdade, ele relata a forma e as artimanhas do “bom governante” (Príncipe) em vista do poder. Constantes questionamentos emergem sobre Maquiavel, especialmente em torno de *O Príncipe*, que é profundamente visado pela crítica por trazer elementos que são considerados, em certo sentido, ambíguos. Contudo, parece-nos que apenas quando a obra de Maquiavel é tomada fora de seu contexto (histórico) próprio, ela abre precedentes para más interpretações que comprometem toda a relevância sociológica, filosófica e política deste pensador. Este trabalho quer justamente contribuir para a compreensão da proposta da fundação do Estado e da manutenção do poder de Maquiavel a partir de seu contexto histórico, tendo em vista uma compreensão mais clara e precisa deste ilustre autor. Esta base-temática justifica-se pela própria proposta de Maquiavel, que erige uma forma absolutista de poder para consolidar a ordem na Itália, bem como sua unificação. Pois, percebe o autor, se ela (Itália) permanecer fragmentada, ficará sempre sujeita a conflitos internos e à mercê do poderio estrangeiro,

que são na época de Maquiavel grandes potências unificadas (Espanha, Alemanha, França...). Como se viu acima, construir quaisquer enunciados sem levar em conta a vida, a obra, a situação histórica... de Maquiavel, é correr o risco de não entendê-lo. Assim, por meio da temática proposta por este trabalho, pela forma como ela é trabalhada, certamente se obterá uma visão mais ampla e clara do pensamento político de Maquiavel e de sua intenção, ao escrever *O Príncipe*.

Maquiavel pensa o poder político a partir de um bom príncipe, a saber príncipe de virtú, que dará forma à “matéria bruta” que é o Estado enquanto desorganizado politicamente. O príncipe, detentor de máximo poder no Estado, deve direcionar toda a sua força física e intelectual para consolidar e manter o poder neste (Estado). Para isso não deve o príncipe furtar-se, em nenhum momento, de ser ora bom ora mau se as circunstâncias assim exigirem, pois, os homens, como se percebe a partir da história, não comportam em si todas as qualidades importantes e necessárias para um estado de ordem. Além de lutar constantemente com os homens, o que o príncipe deve empreender para garantir sua própria segurança e a do Estado, é lutar com a *fortuna*, quando esta não o vier coroar em suas empreitadas. Contra a deusa *fortuna*, assim chamada pelos gregos, o príncipe deve ter total atenção, sempre, pois, ela se constitui no acaso, o que está por vir, e só um homem provido de muita virtú (força, coragem, audácia e percepção) é capaz de ter alguma chance contra ela. Estes dois conceitos essenciais, *virtú e fortuna*, são chaves de leitura do Príncipe. *Virtú e fortuna* são vigas mestras no Príncipe de Maquiavel, pois, são decisivos na fundação do Estado bem como na permanência ou não do príncipe no poder. Assim, é a partir destes pilares (*virtú e fortuna*) que se sistematiza, neste trabalho, o problema da formação do Estado e da legitimação do príncipe no poder.

O Príncipe é o texto mais explorado na elaboração deste trabalho, já que se quis fazer um trabalho a partir do próprio autor em questão. Além de *O Príncipe*, outras duas obras são usadas como auxiliares para a sistematização do texto: *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*, de ESCOREL e *A guerra de Maquiavel*, de HEBECHE. Ambos os comentadores foram escolhidos pela forma sistemática e séria com que abordam o pensamento de Maquiavel. Além do mais, suas abordagens, especialmente em alguns capítulos, iam ao encontro da leitura necessária para o presente trabalho. Tendo em vista o tema e os objetivos propostos, o texto foi estruturado em duas partes: 1) O contexto biográfico de Maquiavel, que se justifica pela sua importância, pois incide diretamente sobre a forma do seu pensamento; 2) O pensamento político de Maquiavel, especificamente a fundação do Estado e manutenção do poder pelo príncipe.

CONTEXTO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO

Maquiavel nasceu em Florença em 3 de maio de 1469, numa Itália esplendorosa, mas infeliz. A Itália nesta época¹ estava muito fragmentada. No âmbito do governo, misturavam-se nas cidades os principados – “[...] governo aristocrático cujo poder é hereditário...” (ARANHA, 1994, p. 26) – e a república, que “[...] se funda na representatividade, o que supõe eleições e rotatividade do poder e, em última instância, maior participação popular” (ARANHA, 1994, p. 26). Florença era, conforme ARANHA (1994, p. 27), uma república e, portanto, representativa e rotativa. Mas, na prática, esta forma de governo não funcionava, devido à soberania dos poderosos que subjogavam os mais fracos. Na verdade, diz-se que, em Florença, reinava um poder oligárquico. Conforme TENENTI (1993, p. 122), “Em Florença mal se podia viver sem estar no poder”.

A pseudo-república florentina de 1434 a 1464, trinta anos ininterruptamente, portanto, foi governada pela família Médici.² Um expoente dessa família foi o tataravô de Lourenço II, a quem Maquiavel dedica a sua obra *O Príncipe*. Após a morte de Cosimo (1464), o poderio da família Médici foi decaindo. Entretanto, com Lourenço (1469-1492), que assumiu o poder depois da morte de seu avô, restou ainda um tempo de glória antes da família Médici ser destronada, fato que se consumou com a morte de Lourenço em 1492, e com o exílio de Piero de Medici (1471-1503).

Terminada, ao menos temporariamente, a hegemonia dos Médici, Savonarola³ assume o poder político de Florença (1494-1498), tentando realmente fazer com que fosse uma República. Nesse sentido, chega até a

¹ “Na Itália do Renascimento reina grande confusão. A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A legitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, nas quais somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe. Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, aterrizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituem o eixo da administração. Como o poder se funda exclusivamente em atos de força, é previsível e natural que pela força seja deslocado, deste para aquele senhor. Nem a religião, nem a tradição, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar exclusivamente com sua energia criadora. A ausência de um Estado central e a extrema multipolarização do poder criam um vazio, que as mais fortes individualidades têm capacidade para ocupar.... A fraqueza militar e política da península, já no começo do século XIV, representa forte impedimento para expansão e acumulação de capital. Periodicamente, organizam-se progros anti-lombardos e as cidades italianas não têm como se garantir das declarações de falência dos reis europeus. A Itália é, assim, desarmada política, militar e institucionalmente pelo anacronismo da organização das cidades-Estado e pela ausência de liderança central incontestável. A essas razões acrescenta-se a política temporal do papado que, não sendo suficientemente forte para reduzir todos os Estados ao seu domínio, não é também tão fraca a ponto de impedir a unificação, através da figura de um príncipe secular” (MAQUIAVEL, 1983, p. VIII – Vida e obra).

² Ver árvore genealógica dos Médici em anexo 2.

³ “Savonarola, Fra Girolamo – nascido em Ferrara em 1452, chamado Florença em 1480, por Lorenzo de Médici. Ao tempo da expulsão destes, organizou a nova república florentina sobre bases democráticas. Em 1498, o partido dos Médici (os “Paleschi”) dirigiu o ataque contra o palácio do “Capitano del Popolo”, Obizzo degli Alidosi. Abandonado pelo povo, foi preso e executado” (MAQUIAVEL, 1983, p. 233).

abrir espaço para a participação popular no governo, quando reativa o conselho do povo. O discurso do monge Savonarola é recheado tanto de frases de cunho político, quanto religioso; estava convencido de que falava com Deus, o que o levou a um fanatismo que se expressou vivazmente nas suas posições, as quais eram por demais radicais. Exemplo disso foi sua crítica severa à corrupção da Igreja, o que lhe acarretou a excomunhão e o interdito⁴ a mando de Alexandre VI. Posteriormente, Savonarola foi preso e condenado à morte por heresia.

Após a morte de Savonarola, Piero Soderini (gonfaloneiro) assume o poder em Florença e Maquiavel assume, em 1498, o cargo de segundo secretário da chancelaria daquela cidade. De 1498 a 1512, Florença vive um período considerado republicano por excelência; fatos que comprovam isso são o respeito às instituições e uma luta constante contra os interesses oligárquicos. Neste período, no qual Soderini se encontra no poder, Maquiavel vive sua época de maior esplendor como homem público. Ao assumir seu posto, cumpriu uma série de missões, tanto dentro quanto fora da Itália. Internamente destaca-se com muita diligência ao instituir uma milícia nacional. Com a queda de Soderini, em 1512, devido à pressão de Júlio II e das tropas espanholas, os Médici voltam ao poder, desesperando Maquiavel, que é envolvido em uma conspiração, sendo torturado e deportado.

Com a volta dos Médici ao poder, período que vai de 1512 a 1527, Maquiavel se refugia em São Cassiano, numa pequena propriedade em San Andréa in Percussina. Este período para Maquiavel se constituiu num certo tormento porque estava afastado das atividades públicas. Por outro lado, estava rico, devido à exímia produção literária. No exílio em São Cassiano, cidade pequena próxima de Florença, Maquiavel começa a escrever os Discursos sobre a *Primeira Década de Tito Lívio*.⁵ Este trabalho é interrompido para escrever sua obra prima: *O Príncipe*.⁶

Refugiado em São Cassiano, Maquiavel anseia por voltar à atividade pública. Quando escreve ao seu amigo Francesco Vetori, embaixador em Roma, em dezembro de 1513, Maquiavel mostra-se disposto a isso: "Ainda desejaria muito que estes senhores Médici comessem a lembrar-se de mim se tivessem que começar a fazer-me voltar uma pedra..." (MAQUIAVEL, 1983, p. 114). Por isso, diz-se que, com *O Príncipe*, Maquiavel tem dois interesses: a) Interesse pessoal: voltar à vida pública, da qual fora destituído

⁴ O interdito era uma pena eclesiástica que, entre outras punições, proibia o acesso das pessoas a lugares sagrados, como igrejas e capelas, bem como a administração da comunhão e outros bens religiosos.

⁵ Maquiavel, nesta obra, presentifica um caráter fortemente republicano, o qual resgata na Roma Antiga.

⁶ *O Príncipe* contém ensinamentos de como conquistar Estados e conservá-los sob domínio, sendo, em síntese, um manual para governantes. A obra começou a ser escrita a partir de 1513, quando Maquiavel foi exilado na cidade de São Cassiano. Só foi publicada em 1532, após sua morte.

depois da queda de Soderini; b) Interesse público: construir uma base política dirigida ao príncipe que vai, no exercício do poder, dar amparo e segurança ao Estado. O príncipe, detentor máximo do poder no Estado, deveria buscar, principalmente, a unificação da Itália.⁷

O Príncipe é fruto de todo um apanhado de fatos, alguns experienciados por Maquiavel, enquanto se ocupou das coisas públicas, outros resgatados nos autores clássicos (Roma...). Esta obra teve razões suficientes para ser escrita. Maquiavel, muito perceptivo, vê a decadência das instituições representativas – medievais, incluindo a república – não sendo estas suficientes para fortalecer a ordem e a união na Itália, que estava toda dividida. Assim, Maquiavel pensa numa forma de organização política mais efetiva como resposta a esta situação, e procura fundamentá-la como sendo a melhor diante daquelas situações de conflito e desordem: a monarquia. Esta forma de governo já vinha sendo adotada por outros países como Espanha, Alemanha, etc., e mostrou-se muito eficaz.

O desejo de Maquiavel de voltar à vida pública não foi atendido. Contudo, em 1520, foi contratado para uma missão por um grupo de burgueses florentinos que estavam preocupados com enormes dívidas não pagas pelos comerciantes e banqueiros de Luca. E em 1521, pouco tempo antes da morte de Maquiavel, o papa Leão X, preocupado em manter o poder da família, pede-lhe um estudo sobre as possibilidades de mudanças nas instituições florentinas. Maquiavel intitulou este trabalho *Discursos sobre a Reforma do Estado de Florença*. Após concluí-lo, o novo papa Clemente VII (1478-1534), filho de Juliano de Médici, pediu-lhe que compilasse uma história sobre sua cidade. Daí surge *Histórias Florentinas*, não concluídas. Em 1525, Maquiavel escreve a comédia *Clizia*, e, antes disso, em 1518, escreve sua célebre obra prima do teatro: *Mandrágora*. Por suas obras teatrais, especialmente esta última, Maquiavel consegue, em vida, uma pequena fama. Em 1526, a convite novamente de Clemente VII, Maquiavel participa de uma comissão com o objetivo de restaurar as muralhas da cidade e aperfeiçoar seu sistema defensivo. Enfim, em 1527, com a queda dos Médici (por Carlos V) e a restauração da República, Maquiavel achava estarem findos os seus problemas, mas viu-se identificado por jovens republicanos como alguém que tinha ligações com os tiranos depostos.⁸ Este fato marcou muito a vida

⁷ Considerando estes dois interesses, fica claro para quem a obra se endereçava. O Príncipe de Maquiavel: Lourenço de Médici II. Lourenço era potentado da família dos Médici e Duque de Urbino (1492-1519); veio a falecer tão logo a publicação da referida obra, logo não fazendo uso da mesma. Isto, de alguma forma, inviabilizou os "sonhos" de Maquiavel.

⁸ Quando caíram os Médici e a república foi restaurada, Maquiavel que, nos últimos anos, os servira, embora em funções secundárias, viu-se novamente posto à margem, encarado com desconfiança pelo governo. Tinha já cinqüenta e oito anos, estava envelhecido e cansado, e seu sofrimento foi imenso quando verificou que a república não lhe devolveu o lugar de secretário, do qual fora expulso por tê-la justamente servido com devotamento incansável (ESCOREL, 1958, p. 82).

de Maquiavel. Foi por ele, certamente, que suas forças esgotaram-se, deixando-o extremamente debilitado e fraco, vindo a adoecer e morrer em junho deste mesmo ano (1527).

A partir desta análise breve, mas esclarecedora, tanto da Itália como de Florença, percebe-se um pouco do porquê de certos traços peculiares de Maquiavel, como por exemplo a sua máxima usada frequentemente: "os fins justificam os meios". Maquiavel parte de princípios um tanto fortes para sua época, sem dúvida, e, talvez seja, por isso, condenado por muitos. Porém, ele apenas reclama por uma forma imediata de um Estado Novo. Para isto, Maquiavel, em *O Príncipe*, não cessa de forjar artimanhas audazes, e isto, entre outras coisas que serão aprofundadas no decorrer do trabalho, caracteriza um príncipe de *virtù*. O príncipe que vai governar deve usar de toda a sua astúcia, intrepidez, autodomínio, etc., para sustentar-se no poder. Pois, "Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado" (MAQUIAVEL, 1883, p. 75).

Pensamento Político de Nicolau Maquiavel: Fundação do Estado e manutenção do poder em *O Príncipe*

O Estado é organização política necessária para todo e qualquer grupo social que queira viver dentro de uma certa ordem; sua falta é o caos.⁹ Maquiavel não foge desta premissa,¹⁰ incrementa-a, dando bases sólidas para a conquista¹¹ e manutenção do poder de um Estado. Em *O Príncipe* Maquiavel vai precisar, através de exemplos históricos, toda uma estrutura de poder pela qual deve o príncipe pautar-se para fundar e manter o Estado.

O Estado para o autor é o lugar para a ação livre do governante, tanto na perspectiva da fundação quanto na da manutenção do mesmo. Nesse sentido, percebe-se que quem vai dar forma ao Estado é o príncipe. Sua ação, determinação, coragem e perspicácia, bem empregadas diante das circunstâncias adversas, vão ser decisivas para a obtenção de êxito no Estado.

O Estado proposto por Maquiavel na obra está longe de um conjunto de idéias de cunho meramente especulativo. Pelo contrário, Maquiavel parte da análise dos fatos no intuito de tentar organizar critérios, plausíveis de mudanças nas situações adversas, para o governante nortear sua práxis no presente. O exame, portanto, que Maquiavel faz da realidade é empírico, descartando qualquer dedução apriorística.

⁹ HEBECHE quando aborda esta questão no pensamento de Maquiavel afirma: "É com o Estado que se chega à ordem. É com ele que a matéria bruta (o povo desordenado) toma forma e vida civilizada; antes dele, os homens viviam como animais selvagens sem regras ou leis, exceto o instinto de sobrevivência. Esta fase primordial da humanidade é superada pela fundação das instituições" (HEBECHE, 1988, p. 71).

¹⁰ Maquiavel não define estado: infere-se que percebe o Estado como poder central soberano que se exerce com exclusividade e plenitude sobre as questões internas e externas de uma coletividade, está além do bem e do mal.

¹¹ "Se preservar a saúde do Estado é uma ação que deve ser mantida permanentemente a sua fundação é a tarefa suprema" (HEBECHE, 1988, p. 72).

O Estado maquiaveliano é apresentado em *O Príncipe* sob duas diferentes formas de ser: Principados e Repúblicas.¹² E o estudo de ambas as formas de governo é fundamental para a compreensão do referido autor. Todavia, ater-se-á à questão dos principados, os quais vão ser decisivos para explicitar o tema proposto neste trabalho – A fundação e manutenção do poder.

Os principados são classificados por Maquiavel em dois diferentes tipos: hereditários¹³ e mistos.¹⁴ Os primeiros são tidos como mais fáceis para a manutenção do poder, visto que já estão postas as bases, por anos passados, de uma boa tradição, que tende a conservar sempre princípios gerais de conduta para assegurar o poder. Nesse caso, por mais defeitos que tenha (m), o (s) príncipe (s) não será (ão) deposto (s), desde que não quebre a ordem básica já estabelecida por sua família. Isto não quer dizer que não deva (m) tomar atitudes diante de situações particulares; o príncipe deve tomá-las se necessário for; todavia, contemporizando-as, sem deixar que nenhuma força o prive do poder.¹⁵

Os principados mistos são tratados com maior ênfase por Maquiavel por se constituírem na base para um príncipe demonstrar seu ser de *virtù*.¹⁶ Pois, são múltiplos os problemas que ocorrem dentro dessa forma de governo, especialmente quando os principados não são novos por excelência e têm, então, que ser conquistados sob batalha.

Um dos problemas que o príncipe irá enfrentar na conquista destes principados são seus súditos, especialmente aqueles que o ajudaram na entrada no principado novo. Pois, estando ele lá dentro será difícil contentá-los, havendo o risco de revolta e inimizades; e ainda será pior com o povo que está no principado a ser conquistado, tendo o príncipe de ter maior habilidade e destreza no trato com este para obter sua confiança, a qual é extremamente necessária se quiser conservar-se no poder.

¹² Tema trabalhado por Maquiavel na obra Primeira década de Tito Lívio.

¹³ "Cujo senhor é príncipe pelo sangue, por longo tempo..." (MAQUIAVEL, 1983, p. 5).

¹⁴ "Os mistos são tidos por Maquiavel sob a significação de "novos". "Os novos são totalmente novos, como Milão com Francesco Sforza, ou como membros acrescentados a um Estado que um príncipe adquire por herança, como o reino de Nápoles ao rei da Espanha". (MAQUIAVEL, 1983, p. 5)

¹⁵ Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 7.

¹⁶ "É certo que a virtù maquiavélica não se identifica com a virtude cristã. É 'mais política que ética' (ARON, apud. NEDEL, 1996, p.65). O florentino não estabelece conexão necessária entre seu conceito de virtù e as virtudes, tanto as cardeais da tradição quanto as principescas (SKINNER, apud. NEDEL, 1996, p. 65.) A virtù de Maquiavel não é simplesmente fruto da boa educação, no sentido da tradição humanista. Aliás, ele só tem a ver alguma coisa com as implicações do conceito clássico de virtude. Não é mera fortaleza de ânimo nem capacidade de viver conforme determinados princípios morais. Tampouco significa o contrário do vício. Maquiavel, todavia, endossou a idéia convencional de que a virtù representa um conjunto de qualidades que permitem a um príncipe aliar-se à fortuna e conseguir honra, glória e fama. Pelo visto, virtù é flexibilidade moral, disposição de fazer tudo o que for necessário para alcançar glória cívica e grandeza, independente de serem ou não iníquas as ações (SKINNER, apud. NEDEL, ibid, p.86). Inclui, pois, "saber entrar no mal, se necessário" (NEDEL, p. XVIII, p. 84)" (NEDEL, 1996, p. 41-42).

Depois que o príncipe entra numa província, ele ainda encontra outros problemas, entre eles: língua, costumes e leis diferentes do seu ambiente de origem. Nestes casos, Maquiavel sugere que o príncipe deve ir habitar o lugar conquistado, pois, se está ele *in loco* pode usar imediatamente de sua astúcia para contornar determinada situação; o contrário, aconteceria, se legasse o poder do principado a algum (s) súdito (s), porque se houvesse algum problema interno no Estado poderia ocorrer que o príncipe só fosse avisado quando não houvesse mais remédio; sem dizer que o (s) súdito (s), responsável (eis) pelo governo, não teria (m) o menor escrúpulo para espolar o povo sem medir as conseqüências.

Em todas as considerações maquiavelianas, percebe-se que Maquiavel recorre à história para fundamentá-las, mostrando, através disso, ser um homem cujo pensamento parte da práxis, constantemente embasada nos clássicos¹⁷ e no seu próprio contexto.¹⁸ Conforme BURD¹⁹, esse recurso à história é traço peculiar em Nicolau Maquiavel, caracterizando-o fortemente como um pensador indutivo e não dedutivo²⁰, ou seja, aquele que parte dos fatos para chegar às verdades e dessas procura tirar o máximo de proveito. Maquiavel considera sábio, prudente aquele que sempre age conforme os dados históricos e não a partir de construções intelectuais, apriorísticas, insuficientes para uma prática eficaz.²¹ Nesse sentido, observa-se que o autor não é um intelectualista e sim um “pensador de observância e práticas” históricas.

A razão prática de Maquiavel vai estar sempre direcionada à formação e conservação do Estado, as quais devem ser guiadas por um príncipe de *virtù*. É o príncipe de *virtù* que vai dar suporte necessário para um possível estado de ordem aos homens. E só os destemidos, corajosos e prudentes são capazes de levar adiante um projeto deste porte.

¹⁷ Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 12. “Os romanos nas províncias que conquistaram, observaram boa política a respeito. Fizeram colônias, fomentaram os menos poderosos sem aumentar a força destes, abateram os mais poderosos e não deixaram que os estrangeiros poderosos tomassem força. Sirva-me de exemplo a província da Grécia...”

¹⁸ Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 13. “Falarei de Luís (XII, assumiu em 1498, depois da morte de seu pai Carlos VIII) e não de Carlos, pois aquele conservou por mais tempo a Itália, e se viu melhor a medida dos seus progressos”.

¹⁹ Cf. BURD, L. apud ESCOREL, 1958, p. 7.

²⁰ O pensamento dedutivo é característica da Idade Média; está baseado em princípios abstratos e verdades “a priori”, sem uma preocupação fria e objetiva dos fatos para atingir, por exemplo, os objetivos que dizem respeito ao Estado: conquista e conservação.

²¹ Nesse sentido, observa ESCOREL: “A insistência com que Maquiavel pregou a imitação da antiguidade, no que concerne à organização político-militar das repúblicas e à manutenção da autoridade do Estado, foi tanto maior quanto ele estava convencido de que a natureza é imutável, e de que os mesmos acidentes se repetem incessantemente no mundo, num movimento de permanência e retorno histórico. Abre ele os Discorsi com a observação de que muitos pareciam julgar difícil, senão impossível, a imitação dos antigos no plano político-militar, ‘como se o céu, o sol, os elementos, os homens, tivessem variado muito, de ordem e de potência, daquilo que eram antigamente...’ A história para Maquiavel era a grande mestra, a fonte segura de ensinamentos, pois o que ocorrera no passado tendia inevitavelmente, a seu ver, a repetir-se no presente e no futuro”. (1958, p. 109).

O governante maquiaveliano, projetado no *Príncipe*, não é nada mais que o substrato a que está ligado um certo número de atributos²² graças aos quais podemos justificar comportamentos estratégicos que têm por finalidade a busca do bem comum – o Estado. Nesta perspectiva, não importa que o príncipe recorra, quando necessário, a meios cruéis. Estes, em certas ocasiões, podem trazer benefícios ao Estado, e, assim, ver-se-á que em alguma medida tal ação foi exitosa do ponto de vista político. E o contrário é verdadeiro: quando se praticam atos considerados moralmente bons, pensando que seriam o melhor bem para determinada circunstância, pode ocorrer que não o sejam, na medida em que não se obtêm deles proveitos que garantam a segurança do Estado, logo, também, do príncipe. Maquiavel, com isso, quer dizer que o príncipe deve agir com liberdade na ação, não ficando obstinado a um só modo de proceder. Pois, os tempos, como se sabe, nem sempre favorecem – menção a deusa *fortuna*.²³ Esta, no tempo, insurge-se constantemente sem avisar para aonde vai dirigir-se, causando sempre insegurança aos homens, principalmente aos príncipes.

Entretanto, a *fortuna* pode tanto arruinar os homens como pode beneficiá-los. Por isso Maquiavel conclui: “[...] modificando-se a sorte, e mantendo os homens, obstinadamente, o seu modo de agir, são felizes enquanto esse modo de agir e as particularidades dos tempos concordarem. Não concordando, são infelizes” (MAQUIAVEL, 1983, p. 105). É a capacidade de o Príncipe melhor usar táticas no tempo e na história, livres de qualquer condicionamento jurisdicista, ético e moral (no sentido político medieval), que vai consolidar-lhe uma boa estrutura para lutar contra seus adversários, entre eles a deusa *fortuna*, que é, conforme Maquiavel, o maior adversário do governante, visto que é o inesperado, o acaso.²⁴ Não tendo como o homem conhecer o que está por vir, uma coisa cabe ao príncipe para assegurar-se contra a força da *fortuna*: ser astucioso, forte o bastante (ter *virtù*), para que nos tempos de adversidades possa construir diques, barreiras, para amparar-se, não permitindo que a *fortuna* o derrube, tome seu poder.

²² Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 62-65.

²³ “O significado de fortuna... tem sua origem na cultura clássica. Os romanos tratavam a deusa fortuna com admiração e apreensão. Ela simbolizava o inesperado, o acaso, a inconstância; atribuíam-lhe o governo do mundo e a representavam na figura de uma mulher que, por ser de natureza caprichosa, distribuía o bem e o mal ao seu bel prazer... A fortuna é a indeterminação. Ela ameaça de decomposição as instituições e a vida humana. É a irrupção do irracional, pois não há conhecimento seguro do acaso e do inesperado. Sua manifestação radical é a morte...” (HEBECHE, 1988, p. 61).

²⁴ Maquiavel compara-a com “[...] um desses rios impetuosos que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores, os edifícios, arrastam montes de terra de um lugar para outro: tudo foge diante deles, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder obstar-lhe e, se bem que as coisas se passem assim, não é menos verdade que os homens, quando volta a calma, podem fazer reparos e barragens, de modo que, em outra cheia, aqueles rios correrão por um canal e seu ímpeto não será tão livre nem tão danoso...” (MAQUIAVEL, 1983, p. 101).

Maquiavel, homem de muita perspicácia, percebe que o príncipe deve sempre ser uma pessoa flexível com a *fortuna*, isto é, mudando a sorte é necessário mudar os procedimentos, o comportamento, para que a ação seja exitosa. Maquiavel é explícito e enérgico em julgar: “[...] feliz aquele que combina o seu modo de proceder com as particularidades dos tempos, e infeliz o que faz discordar dos tempos a sua maneira de proceder...” (MAQUIAVEL, 1983, p. 104).

Os homens em vista de seus objetivos, poder, glória, riquezas..., geralmente se pautam ou com circunspeção ou com impetuosidade. Pois bem, um tempo marcado por inúmeras violências de toda ordem (internas e externas ao Estado) pode requerer decisões imediatas para soluções de problemas, e um príncipe que é e continua nestas circunstâncias sendo circunspeto²⁵ e lento nas suas decisões será derrotado, pois os tempos requerem outra forma de proceder – com impetuosidade, destreza, astúcia, agilidade... .

Bom seria se o homem pudesse pesar sempre nas suas ações a justa medida para vencer os tempos adversos. Contudo, isto não é possível.²⁶

Se para Maquiavel os homens não são tão corretos a ponto de usar sempre a justa medida nas suas ações, é necessário, pois, que o príncipe saiba empreender, no seu agir, as melhores táticas, senão com perfeição, sempre da melhor forma possível. De que forma? Ordenando a si mesmo – à sua natureza – que não proceda de um modo estanque, pois os tempos mudam.

Assim, mesmo sendo a *fortuna* forte como é, ela não é soberana na história e no agir do homem. Pois, o homem é dotado de livre arbítrio e de capacidades intelectuais.²⁷ Estas últimas podem ajudá-lo muito. Para tanto, é preciso que o príncipe organize-se sempre em suas empreitadas com antecedência. E nessa organização para um possível jogo de forças entre ambos (fortuna x príncipe) é preferível que o príncipe seja mais impetuoso do que circunspeto, pois a sorte é muito traiçoeira, assim como pode beneficiar alguém com muitos presentes, pode tirá-los todos de uma só vez, impiedosamente. O príncipe tem que ser bravo, destemido²⁸ (*virtù*), sendo que só assim terá mais chances de ganhar a luta. E, tendo agora presente esta

²⁵ Com relação à necessidade de variação do comportamento dos homens entre a circunspeção e a impetuosidade, isto por causa dos tempos, Maquiavel faz a seguinte afirmação: “Ora, o homem circunspeto, quando chega a ocasião de ser impetuoso, não o sabe ser, e por isso se arruina, porque, se mudasse de natureza, conforme o tempo e as coisas, não mudaria de sorte” (MAQUIAVEL, 1983, p. 104).

²⁶ Cf. Maquiavel, “Não se encontra homem tão prudente que saiba acomodar-se a isso, quer por não se poder desviar daquilo a que a natureza o impele, quer porque, tendo alguém prosperado num caminho, não pode resignar-se a abandoná-lo” (MAQUIAVEL, 1983, p. 104).

²⁷ Maquiavel diz que a fortuna é árbitra da metade das ações dos homens, ficando a outra a seu dever de resguardá-las. (cf. cap. XXV do Príncipe).

²⁸ Princípios fortes que caracterizam um homem de *Virtù*.

relação um tanto simbiótica entre ambos os termos, adentra-se com ênfase na construção do que seja propriamente o significado de *virtù*.²⁹

Virtù e a *Fortuna* são dois conceitos chaves para adentrar no pensamento político de Maquiavel. É com ambos os conceitos, justificados numa práxis presente e numa práxis dos fatos passados, que Maquiavel tenta estabelecer “[...] leis invariáveis para melhor exercício da arte política” (ESCOREL, 1958, p. 6).

A *virtù* maquiaveliana constitui-se num contraponto à deusa *fortuna*, ou seja, se esta é responsável por interferir em 50% das ações humanas, a *virtù* é eminentemente necessária para respaldar uma certa autonomia para o homem. Sem a *virtù*, o homem ficaria jogado à sua própria sorte, esperando, inerte, o incerto que está por vir. A *virtù* é sinônimo de autonomia, força, coragem, masculinidade – no sentido de virilidade, ânimo para a luta. Ela é a capacidade por excelência que o príncipe deve ter para reagir contra o acaso no governo de um Estado. A ausência de *virtù* é sinônimo de infortúnio. Portanto, deve o príncipe agir impelido pela *virtù*, pois terá muito mais chance de se tornar um governante aclamado pelos seus súditos. Um príncipe de *virtù* extrapola a condição natural básica de um homem. O natural dos homens é guiarem-se por instintos, paixões, prazeres, fama, poder, orgulho, etc.; já o príncipe de *virtù* tem somado à vontade, que decide, capacidades³⁰ que o qualificam melhor em vista dos objetivos, e dessas não pode abrir mão em nenhum momento, pois seu êxito dependerá também delas.

Se se considera a *virtù* como sublime e indispensável num príncipe que quer o poder, é mister que ele seja impetuoso. A *virtù* só se manifesta num tipo “bravio”, cheio de vigor e dotado de intuição para ver na temporalidade o momento propício para agir (*occasione*). Nesse sentido, é muito profícua (a *virtù*), pois vai impedir que o seu portador (*príncipe*) se arruine na ação em favor do Estado. Em síntese, se o devir das coisas (*fortuna*) é sempre uma incógnita para o homem, deve o príncipe ver o conjunto das situações que tem concretamente diante de si e calcular todas as possibilidades remotas que podem lhe roubar o poder. Assim, sabendo dessas possibilidades, fica mais fácil encontrar saídas, daqui e dali, que lhe impeçam uma cilada fatal.

²⁹ Cf. ARENDT “A *virtù* é a resposta que o homem dá ao mundo, ou antes, à constelação da fortuna em que o mundo se abre, se apresenta e se oferece a ele, à sua *virtù*. Não há *virtù* sem a fortuna nem fortuna sem *virtù*; a interação entre elas indica uma harmonia entre o homem e o mundo” (HEBECHE, 1988, p. 60).

³⁰ Cf. AMES (2000, p. 129-130), essas capacidades podem ser caracterizadas da seguinte forma: “[...] inteligência para calcular os recursos a empenhar na ação, vivo sentido de realidade, uma rápida compreensão do que cada circunstância possibilita ou autoriza e, quando necessário, a capacidade de adotar os recursos extraordinários, de simular e dissimular, desprender-se dos escrúpulos da moralidade corrente, sempre que isso se impõe como condição de êxito para a ação”.

Como o seu agir, pautado pela *virtù*, sempre está para a conquista e manutenção do poder do Estado, o príncipe não deve nunca deixar-se intimidar diante das situações, mas levá-las a limite para tirar delas o máximo de proveito possível, visto que este (proveito) conduzirá o príncipe ao cumprimento de seus objetivos primeiros.³¹ Isso não quer dizer, contudo, que Maquiavel seja um niilista ético e moral.³²

Maquiavel, quando exige *virtù* do príncipe, demonstra um afastamento da tradição ético-cristã. Todavia, isso não significa negação total dela, pois considera bons a ordem e o respeito no Estado, os quais favorecem, inclusive, a fundação do mesmo e a conservação do príncipe no poder. O distanciamento diz respeito à ação. Ou seja, se na tradição cristã o agir do governante era limitado por forças supra-temporais, em Maquiavel a ação não encontra limites, exceto na *fortuna*.

É claro em Maquiavel que o príncipe não deve conduzir-se segundo critérios ético-cristãos³³, pois estes, como que cerceiam, limitam, condicionam qualquer ação do governante. Entretanto, deve o príncipe aparentar guiar-se por critérios morais.³⁴

O fato de os homens, em geral, julgarem mais pela aparência do que por aquilo que determinado indivíduo é realmente torna-se uma arma poderosa e necessária para um príncipe de *virtù*, pois ele não precisa ser necessariamente bom ou mau, religioso ou ateu, humano ou desumano, mísero ou gastador, imponente ou fraco, compassivo ou cruel, misericordioso ou impiedoso, temido, odiado, etc., mas aparentar ser uma ou outra coisa dependendo da ocasião. Por isso, para Maquiavel, um bom príncipe de *virtù* deve ser teatral, isto é, representar ora um anjo, ora um demônio, se o papel assim requerer. Tudo se justifica em função da fundação e conservação do Estado. Em síntese, para Maquiavel, *virtù* é um conjunto de qualidades, sejam elas quais forem, cuja aquisição o príncipe pode achar necessária a fim de manter o Estado e realizar grandes feitos.

³¹ Não importa, assim, se o príncipe incorre em imoralidades no sentido corrente da tradição cristã. Cf. AMES (2000, p. 154-155): "Nas ações orientadas por esta forma moral, o fim coincidia com o meio, isto é, partia-se do pressuposto de que o bem só pode engendrar o bem e o mal só pode dar origem ao mal. Por isso, a virtude deveria ser inculcada ao príncipe desde a infância. Os vícios e as virtudes supunham regras de conduta a serem rigidamente observadas, considerando-as como inalteráveis no tempo e no espaço e incondicionalmente obrigatórias, como se fossem normas cujo vínculo de obrigação era considerado categórico, independentemente do resultado da ação".

³² Indícios de que Maquiavel não aniquila a ética cristã podem, por exemplo, ser encontrados em O Príncipe: "Quanto seja louvável a um príncipe manter a fé e viver com integridade, não com astúcia, todos os compreendem; contudo, observa-se, pela experiência, em nossos tempos, que houve príncipes que fizeram grandes coisas, mas em pouca conta tiveram a palavra dada, e souberam, pela astúcia, transformar a cabeça dos homens, superando, enfim, os que foram leais" (MAQUIAVEL, 1983, p. 72).

³³ "[...] todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião" (MAQUIAVEL, 1983, p. 75).

³⁴ Maquiavel garante tal comportamento afirmando: "É que os homens, em geral, julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, pois todos podem ver, mas poucos são os que sabem sentir. Todos vêem o que tu pareces, mas poucos o que és realmente, e estes poucos não têm a audácia de contrariar a opinião dos que têm por si a majestade do Estado" (MAQUIAVEL, 1983, p. 75).

Para dar um exemplo clássico de homem de *virtù*, Maquiavel, no capítulo VII de *O Príncipe*, faz menção de César Bórgia (1475-1507), o qual é elogiado por sua forma de proceder, que lhe conferiu poder e fama, muito embora os tenha perdido pela (força da) *fortuna*. Poder, fama, etc. chegaram a César Bórgia, no início, não por méritos seus, senão concedidos por seu pai, Alexandre VI³⁵, papa (1431-1503), que lhe outorgou certos privilégios; neste caso a *fortuna*, no sentido literal, o beneficiou naturalmente.³⁶ Mas César Bórgia, Duque Valentino como era chamado, além de beneficiar-se da *fortuna* de seu pai, soube, através de sua argúcia, destreza e coragem, manter e ir além do herdado, conquistando para si outros Estados. Bórgia aproveitou-se das oportunidades que teve, soube dissimular suas intenções no momento propício a seu favor, tanto é que, no momento certo, para ganhar a Romanha fez-se amigo dos Orsini e dos Colonna³⁷, que eram rivais entre si, e, além do mais, eram impedimentos na conquista de qualquer Estado, pois controlavam muitas tropas dentro da Itália, sem contar a influência dentro dos partidos.

A conquista dessas amizades era puro oportunismo do duque, que queria esfacelar ambas as facções para tirar-lhes o poder das mãos e trazê-lo para si próprio.³⁸ Valentino calculou com presteza suas intenções para dar o golpe sem misericórdia. O que fez? Astuto como era, seguiu o ditado: “se não pode vencer seus inimigos (porque estão poderosamente armados), junte-se a eles”. Assim fez o duque indo ao encontro dos inimigos para ganhá-

³⁵ “Rodrigo Bórgia, nascido a 1.º de janeiro de 1431 em Xativa, perto de Valência (Espanha), era sobrinho do papa Calisto III e estudou leis em Bolonha. O tio de Rodrigo o fez sucessivamente bispo e cardeal, vice-chanceler da Igreja. A 25 de julho de 1492, morria a papa Inocêncio VIII. Reunido o conclave a 6 de agosto, a eleição do novo papa assumiu as proporções de um jogo de bolsa, tal era o negócio que se fazia com os votos dos cardeais... Rodrigo Bórgia, riquíssimo, comprara, à exceção de cinco, todos os votos do conclave. Ao papa Inocêncio sucedeu com o nome de Alexandre VI, o pontífice que passou à história pela fama dos seus crimes” (MAQUIAVEL, 1983, p. 223). Alexandre VI é exemplo claro de um homem astucioso, que foi exitoso diante do Estado, apesar de incorrer em muitos crimes. Usou sempre de sua perspicácia e perfídia para assegurar-se no poder. Isso, claro, era conseguido porque conhecia muito bem os lados enganosos da natureza humana, conforme afirma Maquiavel, e, por isso, não hesitava em dar sua palavra e até jurá-la sem se preocupar em observá-la depois. A magnitude de Alexandre VI demonstra, por exemplo, que O Príncipe, para conquistar estados e mantê-los, nem sempre deve observar critérios éticos e morais, bem como qualidades preconizadas pela maioria dos homens, pois nem sempre estes vão ser garantia de sucesso para o Estado. Essa recomendação de Maquiavel é explicitada no Cap. XVIII de O Príncipe e dirigida especialmente aos príncipes novos.

³⁶ Diferente, pois, de Francesco Sforza, que “[...] pelos meios devidos, e por grande valor, de simples particular se tornou duque de Milão e pôde manter facilmente aquilo que havia conquistado à custa de afanosos trabalhos” (MAQUIAVEL, 1983, p. 28).

³⁷ Orsini e Colonna eram os nomes “[...] das duas mais poderosas famílias de Roma. As lutas dos Orsini com os Colonna foram utilizadas pelos Bórgia em proveito do seu próprio poderio”. (MAQUIAVEL, 1983, p. 234).

³⁸ Nesse sentido, Maquiavel chega a dizer que realmente depois que César Bórgia conseguiu derrubar os Orsini, especialmente, conseguiu fundar bons alicerces para seu poder. “Extintos, pois, esses chefes [dos Orsini, os quais haviam conspirado contra o duque, chegando até organizar uma rebelião (de Urbino) para derrubá-lo] e reduzidos os seus correligionários a amigos do duque, havia este conseguido muito bons alicerces para o seu poder, conquistando toda a Romanha com o ducado de Urbino, parecendo-lhe, além disso, ter ganho a amizade da Romanha e todos aqueles povos, que haviam começado a gozar de prosperidade” (o grifo é meu) (MAQUIAVEL, 1983, p. 29-30).

los, de modo que: "De todos os aderentes destes [Orsini e Colonna], que fossem gentis-homens, procurou o apoio, tornando-os gentis-homens seus" (MAQUIAVEL, 1983, p. 29). César Bórgia conseguiu isso porque mascarou muito bem suas intenções: deu aos partidários de ambas as famílias, Orsini e Colonna, grandes presentes (pensões em dinheiro), honras (postos de comandos e de governo), etc., no intuito de ganhar a afeição daqueles que nutriam grande estima por ambas as facções.

Quando os Orsini se aperceberam que o Duque tinha conseguido um tal prestígio por parte dos seus próprios integrantes, e logicamente por parte de tantas outras pessoas adeptas dessa facção, já era tarde. Mesmo assim correram até *Magioene*, no *Perugino*, lugar onde conspiram por meio de uma rebelião chamada de Urbino. Essa rebelião representou ao duque iminentes perigos, os quais foram superados por ele com o auxílio dos franceses.³⁹ Antes dessa rebelião, vale dizer, quando os Orsini perderam o respeito de outros partidos, o duque Valentino soube aproveitar a ocasião para matar os chefes dos Orsini, estando já dispersos os da casa de Colonna. Nos dois casos, a ingenuidade, a ganância por honra e poder traíram membros de ambas as famílias, o que ocasionou sua derrota. Matar os Orsini e dispersar os Colona foram, sem dúvida, atos de César Bórgia que revelaram grande astúcia, grande virtú, as quais direcionou para seus objetivos: a fundação e a conservação de um Estado, enfim, o poder. Por essa astúcia saiu-se vitorioso, ao menos nessa empreitada.

Quando Valentino assumiu o poder na Romanha, seus muitos dotes (*virtù*) iam se tornando muito mais visíveis à medida que ia percebendo aquela realidade e tomando decisões de governo a partir dela. O Duque observou como a Romanha era administrada anteriormente e concluiu, pode-se dizer, que estava sendo conduzida da pior forma possível, pois havia uma péssima administração de senhores que espoliavam seus súditos, "[...] dando apenas motivo de desunião tanto que aquela província estava cheia de latrocínios, de tumultos e de toda a sorte de violências" (MAQUIAVEL, 1983, p. 30).

Prestando atenção à situação, a qual revelava grande desunião de toda a ordem na Romanha, o Duque coloca Ramiro de Orco, "[...] homem cruel e expedito, ao qual outorgou plenos poderes" (MAQUIAVEL, 1983, p. 30), para ver se conseguia unificar mais e melhor aquele lugar. Bórgia foi esperto, sabia que a Romanha precisava, de alguma forma, ser conduzida com um pouco de violência, por um braço régio. Todavia, não queria ser ele a aplicá-la, pois temia ser odiado. Por isso entra em cena Ramiro de Orco, o qual não mediu esforços para tirar a Romanha daquela situação de desunião: impôs sobre ela plenos poderes, a começar por um autoritarismo exacerbado, na intenção de torná-la pacífica, unida. Destarte, tendo conseguido isto, conseguiu grande reputação.

³⁹ Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 29.

Contudo, Valentino percebeu que não era mais necessário tanto autoritarismo, pois temia que Orco se tornasse odiado pelos súditos e, por extensão, ele mesmo por tê-lo colocado na Romanha. Sua decisão foi cruel: mandou matar Orco, e os pedaços de seu corpo exibiu-os em praça pública. “A ferocidade desse espetáculo fez com que o povo ficasse um tempo satisfeito e espantado” (MAQUIAVEL, 1983, p. 30). Esse episódio foi o primeiro de uma série de outros, porque Valentino queria mais, sua ambição era carregada de audácia e astúcia. Conquistou parte da Toscana, e desta já havia possuído Perúgia e Piombino, tomando para si a proteção de Pisa.

Levando em conta essas tantas conquistas, as quais Valentino não queria interromper, temia ele uma coisa: que o rei da França não fosse suportar esses ganhos. O ciúme do rei da França representava para Valentino um perigo iminente de guerra. Na verdade, Valentino, com suas conquistas, só queria uma coisa: assegurar-se contra a França, para que ela não viesse interrompê-lo nas suas conquistas. Além do mais, não queria mais depender de ninguém, tampouco da fortuna de outrem, pois isso restringia sua ação como governante. Essa intenção do duque é compreensível se considerarmos que, em outros tempos, sua relação com a França era de dependência – financeira e militar. Valentino não queria mais nenhuma relação de dependência, já sabia quanto isso o limitava nas conquistas e deixava-o sujeito ao acaso, sem segurança e autonomia para nada.

Tendo por convicção que se independizar da França era necessário, Valentino, usando de agilidade e de astúcia, foi mais esperto que os franceses: aproximou-se dos espanhóis, conseguindo que estes, enquanto assediavam Gaeta, colidissem em Nápoles com os franceses. Os espanhóis tiraram a França de circulação, e o duque ficou sem inimigos à altura para conquistar toda a Toscana.⁴⁰ Essa conquista teria sido possível se seu pai Alexandre VI vivesse. Mas talvez Cezar Bórgia tivesse tido sucesso total se, em especial, uma coisa não tivesse lhe acontecido: a sua doença (que o levaria à morte). Na verdade, quanto à morte de seu pai já tinha pensado em todas as conseqüências possíveis que poderia sofrer, e para todas encontrava solução, exceto para sua doença.

Maquiavel, com respeito ao Duque, afirma que “[...] aos seus desígnios se opuseram apenas a brevidade da vida de Alexandre [o que, pode-se dizer foi uma fatalidade, um abandono da deusa *fortuna*] e a própria moléstia” (MAQUIAVEL, 1983, p. 32) que, de alguma forma, o incapacitou para continuar na sua empreitada política que era amparada por uma grande *virtù*. Mas Maquiavel também acusa o Duque de ter cometido um revés na sua

⁴⁰ Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 31.

trajetória: ter ajudado Júlio II a chegar ao pontificado⁴¹, a quem já havia ofendido outrora.⁴² É bem verdade que os homens não esquecem com tanta facilidade o mal que lhes fazem, e se esquecem é só para manter as aparências até poder dar o devido troco. César Bórgia, para Maquiavel, deveria ter ajudado na eleição de um espanhol, “[...] não o podendo, devia consentir em que o papa fosse o cardeal de Ruão e não de San Pietro ad Vincula” (MAQUIAVEL, 1983, p. 36).

Assim, a análise a respeito da conduta de César Bórgia revela os dois princípios mencionados anteriormente: *virtù* e *fortuna*. Estes são complexos e até ambíguos no contexto das ações de César Bórgia reconstruído em *O Príncipe* por Maquiavel, como se constatará a partir de dois aspectos:

- apesar de ser um príncipe de *virtù*, basta ver suas inúmeras conquistas; nada pode fazer contra a *fortuna*, que o arrasou, trazendo-lhe a doença e a morte;

- a *fortuna* o beneficiou (nos tempos de guerra, sendo-lhes favorável), mas a falta de *virtù* o arrasou, pois fez o duque a escolha errada do novo papa.

O fato é que apesar de o Duque ter perdido seu poder, tornou-se um célebre exemplo para Maquiavel.⁴³ Destarte, a criação de novos Estados é tarefa de príncipes como César Bórgia. O fundador de Estados não é, para Maquiavel, um homem qualquer, mas uma personalidade fora do comum, dotada de uma grande *virtù* que lhe faculta o uso de meios extraordinários para a organização e manutenção de reinos e repúblicas. No caso, César Bórgia (apesar de ter-se beneficiado da vantagem apreciável de ser filho de um papa, o que lhe rendeu muito, seja pelas riquezas, como pelas muitas amizades que o favoreciam: rei da França, os Espanhóis, etc.) edificou suas bases de poder dependendo de suas próprias iniciativas, de sua *virtù*, pelo que conseguia, quase sempre, dominar as adversidades dos tempos (*fortuna*) em seu favor.

A partir da ação de César Bórgia, Maquiavel formula algumas prescrições para o príncipe que queira fundar e manter um Estado, bem como

⁴¹ De acordo com Maquiavel, o duque não deveria “[...] ter consentido jamais no papado de um dos cardeais a quem tivesse ofendido ou que, feito pontífice, tivesse de temê-lo” (MAQUIAVEL, 1983, p. 36).

⁴² Conforme constata Maquiavel: “Engana-se quem acreditar que nas grandes personagens os benefícios fazem esquecer as antigas injúrias. O duque errou, pois, nessa eleição, e foi ele mesmo o causador de sua ruína definitiva” (MAQUIAVEL, 1983, p. 33).

⁴³ Maquiavel recomenda seguir os exemplos do Duque, especialmente quando num principado novo, devido a ter neles muitas instabilidades, as quais podem desestruturar toda a ordem e, por consequência, o príncipe perder o poder. “Portanto, se julgas necessário, num principado novo, assegurar-te contra os inimigos, conquistar os amigos, vencer ou pela força ou pela astúcia, fazer-te amado e temido do povo, ser seguido e respeitado pelos soldados, extinguir os que podem ou devem ofender, renovar as antigas instituições por novas leis, ser severo e grato, magnânimo e liberal, dissolver a milícia infiel, criar uma nova, manter amizades dos reis e dos príncipes, de modo que te sejam solícitos no benefício e tementes de ofender-te, repito que não encontrarás melhores exemplos que nas ações do duque” (MAQUIAVEL, 1983, p. 32).

manter-se nele: não basta somente querer as coisas (imperativo teórico), é preciso que compreenda e domine as restrições a que sua vontade está sujeita e se emprenda na busca de seus objetivos (imperativo prático). Também é necessário que a *fortuna* venha coroar os seus empreendimentos. César Bórgia, portanto, ao que parece, constitui-se para Maquiavel, num estereótipo para um príncipe que venha a empreender suas forças na fundação de um Estado Novo: agiu, como se viu anteriormente, virtuosamente⁴⁴ para atingir seus fins, e para estes não poupou meios devido às circunstâncias adversas, o que o tornou célebre.

Esses comportamentos estratégicos que são resgatados na história, como o exemplo de César Bórgia citado anteriormente, são de extrema importância na obra *O Príncipe*, porque servem de base para a segurança do Estado e, por conseguinte, da própria segurança do governante e dos seus súditos. A argúcia do príncipe, suas táticas e artimanhas, que são usadas contra as forças internas e externas no Estado, inclusive contra a deusa *fortuna*, são eixos principais que vão lhe garantir o poder.

É mister que, nesses comportamentos e ações estratégicos, o príncipe seja reconhecido, pelos seus súditos e adversários, como um homem audacioso, corajoso, e isso implica ser cruel quando necessário, mas também pródigo, quando requerer a situação. Pois, só a partir dessas qualidades, o príncipe demonstrará seu lado animal, bravo, necessário para alcançar seus objetivos. A variação do comportamento e, por conseguinte, da ação do príncipe conforme as situações é extremamente necessária, pois limita tanto seus súditos quanto seus adversários no conhecer suas táticas para consolidação e manutenção do poder.

A partir de uma análise de *O Príncipe* de Maquiavel, percebe-se como este autor se distancia do pensamento clássico, grego e medieval.⁴⁵ Diferentemente, pois, da concepção medieval de política e poder⁴⁶, Maquiavel reclinou-se sobre outro escopo que não este que está longe das vistas humanas, e

⁴⁴ "O agir virtuoso é um agir como homem e como animal. Resulta de uma astuciosa combinação da virilidade e da natureza animal. O Príncipe precisa agir como leão para amedrontar os lobos e como a raposa para conhecer os lobos" (WEFPORT, 1997, p. 23).

⁴⁵ "Enquanto Platão e Aristóteles, por exemplo, partem de uma identidade entre a razão e o Bem e fundamentam assim a natural propensão do homem à vida em sociedade, Maquiavel parte de premissas bem diferentes onde o próprio conceito de razão se modifica. Na política, o que conta é a ação eficaz, a razão do governante é razão calculada e não teórico-contemplativa. Na política, a moral está submetida aos interesses do poder, diferente dos gregos, onde permanecia como fundamento. Distancia-se assim a política das necessidades éticas e também das metafísicas e teológicas. O que importa na ação do governante, para Maquiavel, é a ação eficaz, tecnicamente necessária, mesmo que conflitante com a ética e religião. As ações políticas são úteis ou inúteis" (KRASSUSKI, 1997, p. 38).

⁴⁶ A Igreja na Idade Média, por meio do seu governante (papa), exercia na temporalidade uma ação com respaldo integral do supra-sensível (Deus), o que a fazia, portanto, muito forte e de muito prestígio, pois tais poderes são regidos por forças superiores.

mesmo assim tem poder sobre ele.⁴⁷ Sua pretensão é prática, respaldada na história (seu presente e passado), pelo que se conclui que ele parte de uma praxeologia, isto é, do estudo de práticas em vista de um fim específico, no caso do príncipe, a fundação e conservação do Estado.⁴⁸

Nesta perspectiva, diz-se, a partir da concepção política de Maquiavel, que os príncipes tornam-se sujeitos ativos na história, responsáveis por seus atos sem recorrer ao poderio divino. E a práxis recomendada por Maquiavel é de não seguir uma constância, pois, dependendo das circunstâncias, o príncipe ora deve recorrer ao bem ora ao mal. Maquiavel nota, acima de tudo, que o príncipe deve ter cautela, mantendo distância daquelas atitudes que lhe conferem ódio por parte de seus súditos.⁴⁹ Esta distância que o príncipe deve ter daquelas qualidades que lhe conferem ódio por parte de seus súditos é bem enfatizada por Maquiavel, pois, tais qualidades acarretam sempre numa perda do controle de seu poder, levando à derrocada do mesmo. É preferível, portanto, e não se abre mão, que o príncipe valha-se sempre de atitudes que não representem risco de incorrer em situações de conflito:⁵⁰ deve ser sábio, “[...] amando os homens como eles querem e sendo por eles temido como ele quer, deve basear-se sobre o que é seu e não sobre o que é dos outros. Enfim, deve somente procurar evitar ser odiado, como foi dito” (MAQUIAVEL, 1983, p. 71).

Se a intenção primordial de Maquiavel é que o príncipe funde e conserve um Estado, como se percebe ao longo desse trabalho, começa-se a entender sua máxima: “os fins justificam os meios”, o que quer dizer: não deve o príncipe ter medo de deixar-se valer de atributos que vão ajudá-lo a manter seu poderio. Se assim é, saiba ele servir-se da natureza da besta e dela tirar as qualidades da raposa e do leão, uma vez que este último não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos.⁵¹ Maquiavel

⁴⁷ Fundamento metafísico/teológico do poder.

⁴⁸ Tanto um como outro objetivos precisam ser efetivados sob à luz de conceitos que são fundamentais em Maquiavel. Trata-se, conforme explica AMES(2000, p. 43), de uma “rede conceitual” que[...] possui apenas alguns poucos “nós”: *necessità, occasione, fortuna, virtù, corruzione, ordini*. Apesar disso, esses poucos conceitos são os que fundamentalmente perpassam o seu pensamento político e moldam praticamente cada exemplo de ação, antigo ou contemporâneo, de acordo com o refrão praxeológico. Fundamentais para a formulação de sua “teoria da ação”, Maquiavel serve-se deles para apreender as exigências essenciais de êxito no agir político, estabelecer a influência recíproca de fatores objetivos e subjetivos próprios a cada situação e para aproveitá-los em vista de um melhoramento prático das qualidades dos agentes políticos.

⁴⁹ Maquiavel propõe, em contrapartida, que o príncipe se faça temido, porque “[...] os homens hesitam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, devido a serem os homens pérfidos, é corrompido sempre que lhes aprouver, ao passo que o temor que se infunde é alimentado pelo receio de castigo, que é um sentimento que não se abandona nunca”. (MAQUIAVEL, 1983, p. 70).

⁵⁰ Maquiavel descreve, especialmente, duas dessas situações de conflito, as quais levam o príncipe a se tornar odiado se resolver optar por uma ou todas elas: “[...] apoderar dos bens e das mulheres dos seus cidadãos e dos seus súditos” (MAQUIAVEL, 1983, p. 70).

⁵¹ Cf. MAQUIAVEL, 1983, p. 73.

mostra um Estado de forma clara e objetiva, como ele realmente é, ou seja, suscetível a todas as intempéries: as circunstâncias adversas na história; os homens, variando dos mais mansos até os de caráter mais atroz.. Nesse sentido, é o príncipe que deve conformar-se às situações para o bem de seu Estado.

CONCLUSÕES

O trabalho elaborado precisou dois aspectos: o contexto histórico de Maquiavel e a fundação e manutenção do poder na obra *O Príncipe*.

O primeiro ponto observado, o contexto histórico, é, sem sombra de dúvida, elementar para o estudo das obras de Maquiavel, visto que, por meio dele, consegue-se perceber a estrutura do pensamento político do autor, o porquê de certas máximas usadas frequentemente na ação política como, por exemplo, “os fins justificam os meios”. Maquiavel, naturalmente, é fruto de seu tempo; assim, qualquer interpretação descontextualizada acerca do autor possivelmente levará leitores a equívocos.

Com a análise da fundação e manutenção do poder, principal temática deste trabalho, explicitou-se com ênfase a proposta de governo absolutista em *O Príncipe*, a qual Maquiavel acha indispensável para a unificação da Itália, que estava toda dividida e submetida a diversos poderios (internos e estrangeiros). A análise feita a partir desta temática, além de apresentar a intenção de Maquiavel (unificação da Itália), mostra implicitamente seu rosto, isto é, seu jeito de ser e de lidar com as coisas públicas. Nesse sentido, *O Príncipe* não é só um manual para governantes, mas uma autobiografia. E mais: pode-se dizer que, assim como Maquiavel apresenta receitas para um governante agir a fim de obter êxito no Estado, mostra também ao povo, por conseguinte, como aqueles (governantes) agem diante das múltiplas situações (manual para perceber como agem os governantes). Um leitor atento percebe nitidamente essa duplicidade.

Levando em conta o objetivo primeiro de Maquiavel, a unificação da Itália, entende-se claramente por que ele aprendeu a especificidade da política, considerando a ação do governante uma arte. Aprender a especificidade da política, dentro daquele contexto conturbado da Renascença, não foi fácil para Maquiavel; daí um mérito seu inegável, o qual o eleva realmente dentre os grandes pensadores políticos.

Maquiavel é considerado fundador da moderna ciência política, já que rompeu com toda a estrutura política medieval que se desenvolvera, por séculos, numa base de apoio divina, o que, portanto, impedia uma ação autônoma do governante. Sua “arte política” rompeu a cadeia cíclica do período medieval, criando espaço para ação do homem na história. O homem, para Maquiavel, é um sujeito dinâmico que empreende a história, não um sujeito inerte que vive na história. Sua ação é definidora e não definida por padrões éticos morais fechados em si mesmos.

É de um homem autônomo, capaz de ludibriar as mazelas da história, da fortuna, dos adversários internos ou externos ao Estado, etc., que Maquiavel está à busca. Seu sonho (o Estado Soberano) depende de um homem de *virtù*. Por isso, quando exprime (em *O Príncipe*) uma série de ilicitudes dentro da concepção ética e moral tradicional, os quais o príncipe deve levar em conta para a manutenção do poder, Maquiavel tem razão, pois os fins justificam os meios, e o fim é o Estado. Mas o Estado em Maquiavel não é fim em si mesmo, e, sim, o início, isto é, instituição fundamental, porque sem ele é impossível qualquer vida civilizada. Assim, em síntese, pode-se afirmar que o Estado é, em Maquiavel: a) poder central soberano que se exerce com exclusividade e plenitude sobre as questões internas e externas de uma coletividade; b) aquele que está além do bem e do mal, na medida que para conseguir atingir objetivos que dizem respeito à fundação e à conservação do mesmo vale qualquer ação boa ou má. Sua única finalidade é a sua própria grandeza e prosperidade. Daí a idéia de “razão de Estado”: existem motivos mais elevados que se sobrepõem a quaisquer outras considerações, inclusive a própria lei.

Essa noção de Estado em Maquiavel expõe um avanço incrível para a humanidade. Ele parece criar motivos, parâmetros para compreender a ação política. “A quebra de Maquiavel [com o pensamento clássico e medieval] possibilitou afastar este manto ideológico acoplado com a visão religiosa do universo, da sociedade e do poder” (HEBECHE, 1988, p. 162). Essa nova forma de ver o homem, a política, o Estado, etc. custou muito caro a Maquiavel: o ódio, especialmente por parte de autores cristãos e dos humanistas. Mas a base política de Maquiavel, como se pôde observar, não tem nada a ver com um poder tirano, despótico, inflexível, que visa a satisfazer interesses egocêntricos do governante e de uma casta seleta que fica ao seu redor, mas, sim, criar as condições necessárias para um estado de ordem dentro do Estado. Maquiavel percebe quão importante são a unidade e a coesão interna no Estado, porque são elas que permitirão o êxito do governante e o fortalecimento do poder.

Maquiavel não é ingênuo: ao tratar o Estado, percebe que existem muitas forças internas (súditos) e externas (poderio estrangeiro) a ele que volta e meia se atrimam e podem levar ao esfacelamento do poder. Por meio desse ponto, percebe-se que Maquiavel considera a realidade tal como ela é: conflitiva, e em cima desta realidade pretende construir a base do poder. Nesse caso, percebe-se que o célebre autor não assenta sua base de poder em utopias, pelo contrário, critica “[...] a noção de utopia, o seu inesgotável poder de sedução e a sua formidável carga ideológica” (HEBECHE, 1988, p.164). A crítica das utopias é condição para o renascimento da filosofia política, e Maquiavel aponta esse caminho.

Se o caminho que Maquiavel abriu foi, pode-se considerar, um baluarte para o pensamento político, tanto mais deve ser lido e compreendido adequadamente, pois tem muito ainda a contribuir para o nosso tempo – uma

vez que mostra nua e cruamente a forma com que os governantes usam o poder. Esse uso, hoje, distancia-se muito do pensamento maquiaveliano, à medida que traz benefícios exclusivos aos governantes e a um grupo muito restrito de pessoas. Entretanto, numa, entre outras coisas, se assemelham: usar de todos os meios para atingir os fins. Se em Maquiavel o fim era o Estado (fundação e manutenção do poder), para os governantes de nossos dias o que importa é somente o poder e os benefícios que este pode lhes trazer; o bem comum e o Estado, portanto, não importam.

Tendo como base os dados aqui apresentados, julga-se que Maquiavel é uma insigne figura, de relevância inaudita para o estudo de questões políticas. Por isso, deve ser atualizado constantemente no decorrer da história, a qual, segundo ele, constantemente se repete e, por isso, é necessário tirar lições dela para aplicá-las no presente. É dessa maneira que Maquiavel mostra que o homem tem autonomia e pode ter chances contra as intempéries dos tempos (*fortuna*). Se os homens de hoje prestassem atenção aos fatos passados e tirassem deles proveito para o presente, certamente não cometeriam atrocidades e tanta estupidez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, José Luiz. 2000. **Maquiavel: A lógica da ação política**. Tese (Doutorado em Filosofia). Campinas: UNICAMP, 190p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. 1994. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna.

SCOREL, Lauro. 1958. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. São Paulo: RIO.

HEBECHE, Luiz A. 1988. **A guerra de Maquiavel**. Ijuí: UNIJUI.

KRASSUSKI, Jair. out./ nov./ dez./97. **A política e modelos históricos em O Príncipe, de Maquiavel**. São Paulo: NOSSA VOZ.

MAQUIAVEL, Nicolau. 1983. **O Príncipe**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril.

NEDEL, José. 1996. **Maquiavel concepção antropológica e ética**. Porto Alegre: EDIPUCRS.

TENENTI, A. 1993. **A Florença na época dos Médici**. São Paulo: Perspectiva.

WEFFORT, F. (Org.). 1997. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática.